



EDUCAÇÃO POPULAR EM ASSENTAMENTO DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA: INCLUSÃO, VEZ E VOZ DOS SEGMENTOS POPULARES

*POPULAR EDUCATION IN SETTLEMENT OF MOVIMENT OF THE LANDLESS RURAL WORKED:
INCLUSION, TIME AND VOICE OF POPULAR SEGMENTS*

Geraldo Antônio da Rosa¹

RESUMO: Este trabalho se propõe analisar a Educação Popular, destacando sua importância dentro da realidade social, política e econômica de nossa sociedade e procurando estabelecer relações quanto a sua importância no sentido de oferecer ferramentas para que os excluídos possam dizer a sua palavra. O tema desta reflexão é muito relevante diante da situação dos países da América Latina, nos quais as conquistas, na maioria das vezes, aconteceram e acontecem através de lutas das camadas populares organizadas em movimentos sociais. Também serão efetuadas reflexões a partir de pesquisa realizada no Assentamento 1º de Maio, no município de Curitiba (SC). Nesse local residem pessoas vindas de outros municípios e do meio rural de Curitiba e região. Para alcançar este intento, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar conceitualmente a educação popular; historicizar o processo de formação do Assentamento 1º de Maio no Município de Curitiba; descrever o projeto de Educação Popular, estabelecendo relações com o processo de efetiva participação da comunidade do referido Assentamento. Este trabalho se propõe, ainda, a desmistificar a realidade dos assentamentos, trazendo para reflexões a experiência educacional desenvolvida no Assentamento 1º de Maio. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória; quanto aos procedimentos de coleta de dados, é uma pesquisa bibliográfica, de campo e estudo de caso. Como instrumentos e técnicas de coleta de dados, foram utilizados a entrevista e o diário de campo. Espera-se, com este projeto, levantar os referenciais teóricos e metodológicos de educação popular desenvolvido pelo Movimento dos Sem-Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação popular. Inclusão. Assentamento. Vez e voz. Segmentos populares.

ABSTRACT: This study aims to analyze the Popular Education, highlighting its importance in the social, political and economic reality of our society, and also, seek to establish relations regarding its importance for providing tools for excluded people to express themselves. The theme of this reflection is very relevant in face of the Latin American countries situation, where conquests, most often, happened and happen through struggles of the popular classes organized in social movements. Reflections will also be made starting from a survey made on “1º of May Settlement”, in Curitiba city (SC, Brazil). In this place live people from several towns, from the rural environment of Curitiba and region. To achieve this aim, it was outlined the following specific objectives: to characterize conceptually popular education; historicize the process of formation of “1º of May Settlement” of Curitiba; describe the project of Popular Education, establishing relationships with the process of effective community participation of the reported Settlement. This work also proposes to demystify the reality of the settlements, bringing the educational experience developed in the Settlement to reflections. As for the objectives, the research is classified as exploratory. Regarding the procedures for data collection, it is characterizes as a field literature review, and case study. As tools and techniques for collecting data it was used interviews and field diary. It is expected, with this study, to map the theoretical and methodological referentials of popular education developed by the Landless Workers Movement of Brazil.

KEYWORDS: Popular education. Inclusion. Settlement. Time and voice. Popular segments.

¹ Doutor em Teologia: Religião e Educação, docente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – Lages, SC, Brasil. E-mail: geraldorosa06@gmail.com

Recebido em: 11/08/2012 – **Aprovado em:** 03/03/2013.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar a Educação Popular, destacando sua importância dentro da realidade social, política e econômica de nossa sociedade e procurando estabelecer relações quanto a sua importância no processo de participação dos excluídos no “aprender a dizer a palavra”. O tema é relevante diante da situação dos países da América Latina, nos quais as conquistas, na maioria das vezes, aconteceram e acontecem através de lutas das camadas populares organizadas em movimentos sociais.

Analisando-se o processo de educação deste continente, observa-se que, ao longo de sua história, as minorias privilegiadas sempre tiveram acesso às melhores escolas nos diferentes níveis de ensino, o que fez com que a educação formal se tornasse elitizada. Porém, ao lado de uma educação oficial, a partir das lutas e das organizações populares, as classes excluídas criaram seus próprios currículos educacionais, sendo inúmeras as experiências de Educação Popular em nosso Brasil, bem como em outros países deste continente. Dentre as mais variadas experiências, evidencia-se a educação no campo e, de maneira especial, a educação dos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra.

Diante de um universo onde o lucro é uma das máximas do capitalismo, o processo educacional instituído sofre, na maioria das vezes, ingerências, deixando de um maior comprometimento com a vida. Nesse sentido, busca-se, através desta reflexão, destacar a importância da Educação Popular como ferramenta “no aprender a dizer a palavra”, uma vez que a dinâmica estrutural gesta mecanismos de exploração, nos quais o que domina e predomina são ações voltadas aos interesses das classes dominantes.

Este trabalho se propõe, a partir de uma reflexão fundamentada em pressupostos teóricos sobre a Educação Popular, a analisar a Educação Popular com base em uma investigação realizada no Assentamento 1º de Maio, no município de Curitiba-SC. Nesse Assentamento residem pessoas vindas de diferentes municípios do meio rural de Curitiba e região. No lócus da investigação, buscar-se-á analisar o processo de educacional que ultrapassa a educação formal, tendo a Escola Isolada Municipal Fazenda Boa Vista como o referencial educativo da comunidade.

Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa exploratória e de campo, tendo sido utilizados, como instrumentos técnicos e de coleta de dados, entrevista com as principais lideranças do Assentamento e com a professora da Escola de campo da Fazenda Boa Vista, bem como a observação assistemática da comunidade e dos alunos da referida unidade escolar.

2 A EDUCAÇÃO, VIA DE INCLUSÃO DOS SEM VOZ E SEM VEZ NA AMÉRICA LATINA

A América Latina contemporânea tem fornecido cenário para emergência e multiplicação de movimentos sociais ao longo das últimas décadas. Para compreender esses movimentos sociais, não basta, porém, debruçar-se exclusivamente sobre eles, embora isso seja, evidentemente, necessário. Tampouco nos serve evocar em tom de denúncia o neoliberalismo, que tem dado as cartas desde as últimas décadas do século passado.

Analisar a Educação Popular em um Assentamento do Movimento dos Sem-Terra, dentro de um contexto sócio-histórico, nos leva, preliminarmente, a buscar uma conceituação de movimento popular, uma vez que os movimentos populares são espaços educacionais. De acordo com o documento de São Bernardo (apud MORROW; TORRES, 2004, p. 12):

Entendemos por movimento popular todas as formas de mobilização dos indivíduos das classes populares, diretamente relacionados com o processo de produção tanto da cidade como do campo. Os movimentos populares incluem as associações de moradores (subúrbio) na periferia, os clubes de mães, as associações de favelas, os grupos de apropriação ilegal de terras, as comunidades de base cristã, os grupos organizados em torno da luta pela terra e outras formas de luta, e as organizações populares. Devido à sua natureza específica, estes movimentos têm uma classificação definida dada à categoria ocupacional de seus membros.

A partir do documento de São Bernardo, podemos concluir que os pressupostos de uma Educação Popular se fazem presentes nos movimentos populares. Ao falar em Educação Popular na América Latina, primeiro há que buscar sua situação histórica, em um continente colonizado dentro dos padrões de exploração do mundo capitalista europeu. Esse processo teve sua origem no movimento de invasão pelos portugueses e espanhóis e perdura até os dias atuais. Esse modelo, que privilegiou o enriquecimento de alguns, por outro lado, deixou a maioria das populações afastada dos benefícios do tão evidenciado processo civilizacional. Um dos poderosos instrumentos utilizados na perpetuação do mando e na obediência cega por parte da maioria da população foi o sistema educacional, que se prestou a disseminar as ideias, os valores e as ideologias dos grupos dominantes, deixando de cumprir seu verdadeiro papel social. Houve, neste continente, movimentos de reação a essa realidade, bem como movimentos de consolidação dos interesses das camadas dominantes dessa sociedade. Dentro desse contexto, observa-se a exclusão de grande parcela da população, sendo os integrantes dos Assentamentos dos Sem-Terra exemplos palpáveis dessa realidade.

Tomam-se como referência e salientam-se as primeiras experiências de Paulo Freire, em princípios dos anos 1960. A Educação Popular conta já com mais de 50 anos de projetos e experiências. De acordo com o Conselho de Educação de Adultos para América Latina,

a educação popular segue sendo um conjunto de práticas e enfoques realmente existentes e o CEAAL tem continuado seu esforço de difundi-la e aprofundá-la. Neste sentido e olhando para o futuro, quais seriam os principais aspectos que devem ser trabalhados para fortalecer um movimento de educação popular na América Latina que contribua para a transformação social? (EDUCAÇÃO POPULAR..., 2005, p. 12)

O que se propõe com a Educação Popular em um Assentamento dos Sem-Terra é o resgate dos valores éticos, no sentido de oferecer ferramentas para que os grupos excluídos do acesso aos bens produzidos possam reivindicar, possam lutar— enfim, tenham condições de ser instituintes deste Estado, e não meros instituídos. No Brasil, existem muitos exemplos de projetos bem-sucedidos em Educação Popular. Nesse sentido, é preciso destacar que essa educação deverá estar comprometida com transformação, e não com a mera manutenção do *status quo*.

Diante desta reflexão, salienta-se a importância da Educação Popular em um Assentamento do Movimento dos Sem-Terra, uma vez que, em nível formal, o que faz parte do programa do currículo da escola brasileira não é o mesmo para toda sociedade. Existem escolas para os que vão comandar os destinos políticos e econômicos da sociedade, bem como, por outro lado, existem escolas que oferecem o mínimo para as pessoas das classes menos abastadas. Gramsci (apud MORROW; TORRES, 2004, p. 4) assim escreve:

Primeiro o ensino das crianças não devia ser vocacional no sentido de providenciar preparação técnica ou profissional: uma escola “unitária” devia transmitir uma cultura humanística comum a todas as criaturas, sem uma prematura especialização vocacional. Mas, segundo a cultura humanística da escola devia valorizar os valores acadêmicos tradicionais de objetividade, pluralismo e racionalidade - a desinteressada procura do conhecimento.

Quando se fala em Educação Popular, hoje, em nível mundial, não se pode deixar de ter como referência o pensamento pedagógico da América Latina, uma vez que este povo, em sua maioria, é um povo pobre. Dentre os grandes referenciais, podemos destacar os trabalhos de Paulo Freire, Ernani Maria de Fiori e Enrique Dussel, além de outros, cujo pensamento se voltou para um conhecimento na perspectiva da libertação. Essa marca de miséria tem sua origem na colonização caracterizada pela exploração dos portugueses e dos espanhóis, que se perpetua através da história, deixando uma grande dívida social com largo contingente de nossa população. Isso fez com que, ao longo de sua história, uma minoria dominasse grande parte do povo, que vive num grau extremo de pobreza. Esta população, infelizmente, tem pouco acesso a uma educação de qualidade, uma vez

que o domínio da cultura letrada ficou reservado aos oriundos das classes abastadas. Nesse sentido, a Educação Popular visa dar oportunidade numa perspectiva libertadora, oferecendo instrumentos de conscientização de luta, numa perspectiva emancipatória.

Diante desse contexto, o Conselho de Educação de Adultos da América Latina faz a seguinte observação:

Natural é interpretar a realidade. Extraordinário é formular métodos para transformá-la. Natural é ter consciência social. Extraordinário é desenvolver a consciência política. Natural é cooperar em todos os sentidos. Extraordinário é forjar e desenvolver novos seres humanos. Natural é fazer pressão. Extraordinário é criar referenciais permanentes no tempo e no espaço. Extraordinário é educar transformando. Natural é tomar decisões. Extraordinário é implementar princípios que dão sustentação às decisões. Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer direção coletiva. Natural é formular normas para manter a ordem. Extraordinário é a disciplina consistente. Natural é apegar-se a ídolos. Extraordinário é constituir símbolos e desenvolver a mística. (EDUCAÇÃO..., 2005, p. 41)

A maior parte da população deste continente foi deixada de lado, por muito tempo, pelos grupos dominadores, que têm em suas mãos os poderes político e econômico. Através de projetos de Educação Popular, há que devolver a voz e a vez às camadas populares. Torna-se imprescindível ao ser humano, em toda sua extensão, a vivência de seu papel de cidadão dentro de uma sociedade que joga para fora a maioria dos indivíduos. Ao abrirmos os anais de nossa história oficial, vemos que esta é relatada a partir do interesse dos que dominam, enquanto não é dada importância aos movimentos sociais que surgem das bases populares. A respeito desta situação, o Conselho de Educação de Adultos para a América Latina prossegue com a seguinte observação:

Historicamente o popular, a partir do projeto da modernidade, foi e continua sendo o povo, os não-povo, sempre foram os com dinheiro e os com poder e cultura. O povo é tido, ainda hoje, pelo projeto hegemônico, como o particular do universal político, considerado o conjunto dos cidadãos. Tanto é assim que a proposta do projeto que hoje hegemoniza é a de elevar o popular (também chamado “excluído” ou “em zona de risco”) à categoria de cidadão. (EDUCAÇÃO..., 2005, p. 50)

É de grande importância, a partir de uma análise do Conselho (EDUCAÇÃO POPULAR..., 2005), no que se refere à questão dos movimentos sociais, enquanto espaços “movimento popular” ou, plural, “movimentos populares”. Ressalta-se, ainda, que os movimentos de “Educação Popular”, desde a década de 60, traziam em suas lutas a promoção de práticas educativas “libertadoras”. Essas ações voltavam-se ao desenvolvimento de sujeitos coletivos e populares, capazes de constituírem-se em sujeitos das necessárias mudanças sociais e políticas em favor da justiça, da igualdade e do desenvolvimento requeridos por nossa sociedade.

Há que destacar a Educação Popular na América Latina, a partir dos avanços decorrentes

dos anos 60, voltada à democratização dos espaços públicos e da democratização das estruturas políticas. Naquele momento, apresentava-se um forte crescimento de práticas participativas, voltadas a uma redefinição do relacionamento do Estado com a Sociedade Civil, Estado esse que servia e ainda serve aos interesses de grupos minoritários, sendo privatizado para servir aos interesses do capital. Uma das maneiras eficazes para essa redefinição do papel do Estado encontra-se assentada na participação popular, canal para a desprivatização do público. Tais práticas participativas, geradas a partir das organizações da sociedade civil, provocam um maior aprofundamento no quesito da cidadania, construindo, nos meios populares, uma cidadania ativa.

Na década de 90, diante de uma nova realidade que o mundo vivia, houve a necessidade de uma revisão a respeito dos desafios da educação popular, no que se refere a concepções e a metodologia, o que determinou a criação de novos instrumentos de intervenção, denominada de refundamentação da Educação Popular. Assim, buscou-se redefinir seu papel, suas tarefas, sua concepção metodológica e criar novos instrumentos para sua intervenção. De acordo com o Conselho de Educação de Adultos: “Como ponto de partida pode-se encontrar em Paulo Freire uma visão sempre dialética acerca do alcance e dos limites de uma prática educativa na construção da cidadania” (EDUCAÇÃO..., 2005, p. 50).

3 EDUCAÇÃO POPULAR - DESAFIOS DIANTE DA DIVERSIDADE E DA EXCLUSÃO

A Educação Popular, em termos de América Latina, vai ao encontro dos pressupostos teóricos e metodológicos da educação libertadora. Quando se fala em educação libertadora, há que pensar numa educação que transcenda a tarefa de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho no mundo capitalista. É preciso projetar uma educação que liberte os seres humanos das amarras políticas, econômicas e sociais. Tal modelo de educação deverá buscar a articulação de propostas voltadas aos diferentes segmentos populares, embasada em uma sólida fundamentação teórica, numa perspectiva emancipatória, associando-se ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Para trabalhar dentro de uma proposta freiriana, o Conselho de Educação de Adultos para América Latina (EDUCAÇÃO..., 2005) esclarece que ser sujeito da história é uma característica que faz parte de todo ser humano. Outro aspecto destacado nessa perspectiva educacional é que a educação não pode acontecer de forma autoritária, uma vez que os seres humanos se educam em comunidade, ou seja, a educação não é algo que acontece de forma isolada. Para isso, importa desenvolver, oportunizar momentos de conscientização e de organização popular. Os seres humanos se educam em comunidade, e não separados dos demais. Isso se concretiza a partir da consciência

da própria história, uma vez que, no momento que toma consciência da sua realidade, o indivíduo vai construindo sua identidade e seu pensamento. A respeito dessa conjuntura, Wanderley (apud CASTELS et al. 2000, p. 58) destaca:

[...] Nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias centra-se nas extremas desigualdades e injustiça que reinam na estrutura social dos países latinos americanos, resultantes dos modos de produção e de reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo.

O que se pode observar é que, dentro de todo processo de estruturação e de implementação do projeto de colonização do Brasil, o ponto central nestes anos que marcam a invasão destas terras pelos europeus, dentro da lógica do capital, semearam-se, nestas pródigas terras, sementes da desigualdade e de injustiças. Esse projeto foi sendo disseminado ao longo dos séculos, conduzindo-nos à sociedade com a qual nos deparamos, resultante desse modo de produção econômica e de reprodução social.

Entretanto, diante das fortes correntes que aumentam a distância entre os mais ricos e os mais pobres em nosso continente, é importante resgatar os velhos valores, relegados pela naturalização e pela justificação de muitas ações.

Neste contexto, torna-se de grande importância, na atualidade, que se lute por uma sociedade voltada à afirmação dos valores humanos. Hoje a humanização é um dos pontos fortes de todas as lutas, mesmo que, de certa forma, nos pareça paradoxal a ideia de humanizar a sociedade humana. Dentro da realidade brasileira, destaca-se a presença marcante das lutas do movimento dos Sem-Terra. Estudar o processo educativo de um Assentamento traz em sua essência elementos dessa realidade. Becker (apud CORREA, 2003, p. 106) faz a seguinte afirmação:

Nesse contexto, os padrões de desenvolvimento, longe de surgirem da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas e de serem simples derivações formais da economia de mercado, nascem dos homens que organizam juntos no processo de uma troca dialógica fundamentada na cultura dos diferentes grupos.

Dentro da realidade do Brasil e dos países da América Latina, a educação tem um papel importante. O povo carece da oportunidade de uma educação para a liberdade. Entretanto, observa-se que, dentro do mundo da educação, o sistema educacional encontra-se ligado diretamente aos interesses do mundo capitalista, deixando lacunas no que seja o real sentido de uma educação para a autonomia, a libertação e a emancipação dos povos. Segundo Gadotti (1994, p. 9): "A escola que está perdendo a sua autonomia também está perdendo a sua capacidade de educar para a liberdade".

Gadotti (1994) destaca também a necessidade de começar pelas pequenas mudanças, para que se possam atingir as grandes mudanças. Não adianta tomar uma postura de que se irá resolver tudo pela educação. Entretanto, a educação tem que fazer sua parte. O autor enfatiza a importância de pensar a educação dentro de outros caminhos: “Destaquem-se ainda as chamadas ‘escolas alternativas’, ‘escolas cooperativas’ ou ‘comunitárias’ que se desenvolveram nesse período com base numa ‘pedagogia da resistência’, ‘escapando’ ao sistema oficial de ensino” (GADOTTI, 1994, p. 29).

A Educação Popular insere-se em diferentes contextos e intervém em diferentes realidades, proporcionando a práxis voltada à cidadania. Essa cidadania é luta e conquista. Quando se busca verificar como acontece esse processo em um Assentamento, observa-se que cada qual tem um processo de construção de seu projeto. Entretanto, a ação há de estar fundamentada em referenciais que ofereçam, aos meios populares, ferramentas de atuação nos diferentes espaços. Inicialmente, deve-se ter bem claro que os diferentes segmentos sociais, mais especificamente o das classes populares, devam ter consciência de que sua produção é consequência de conjunturas históricas. Iamamoto e Carvalho (2001, p. 30) assim observam:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se produzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais que produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia.

Vale a pena destacar que, ao longo do desenvolvimento histórico, a concepção de cidadania perde a essência de sua concepção clássica, deslocando seu conteúdo para os aspectos e as questões relacionadas ao poder. Na atualidade, este conceito encontra-se cauterizado dentro de um projeto burguês de estruturação da sociedade. Diante dessa realidade, a cidadania assume o caráter de superposição dos direitos aos deveres, cabendo ao estado a sua regulação. No momento histórico atual, a Educação Popular, enquanto educação para a cidadania, visando superar os projetos neoliberais, adquire um espaço de suma importância para a sociedade e para o ser humano. Entretanto, não se pode perder de vista que a educação institucionalizada serve aos interesses estatais, pois é através deste pressuposto que o sistema capitalista gera a reprodução de sua força de trabalho, sendo as expectativas permeadas por políticas ou pela ausência destas, o que não deixa de ser um posicionamento político.

4 EDUCAÇÃO POPULAR - UMA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Falar da experiência de um projeto de Educação vivenciado em um Assentamento do Movimento dos Sem-Terra nos remete a um problema crucial, vivenciado ao longo dos séculos, em relação à estrutura fundiária de nosso país. Uma das questões sociais que se fazem presentes dentro da realidade brasileira desde a vinda dos portugueses encontra-se ligada à posse da terra. Esta questão se tornou bastante forte, segundo Morissawa (2001), a partir de 1850, momento em que se aprovou no Brasil a Lei das Terras, não para servir aos interesses da maioria, mas para privilegiar as minorias: deixou de fora do acesso à terra grande parcela da população. Um dos importantes movimentos pela posse da terra foi o das ligas camponesas, que sofreu um corte do governo autoritário; e, na atualidade, destaca-se o Movimento dos Sem-Terra. Morissawa (2001, p. 120), assume o posicionamento de que o MST pode ser considerado uma continuidade das ligas camponesas: “Essencialmente porque elas como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante”.

Todo movimento social acontece a partir de uma organização, dentro de uma ideologia e com objetivos definidos. Num de seus poemas, buscando refletir a realidade da terra, Casaldáliga (*apud* MORISSAWA, 2001, p. 126) faz o seguinte desabafo: “malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a Terra escrava e escravos humanos”.

Um dos grandes avanços do movimento foi perceber que não basta apenas a conquista da terra, mas que a educação também faz parte do cotidiano das pessoas ligadas ao movimento. Gohn assim destaca: “A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas geram” (GOHN, 1992, p.16-17). A educação passa a fazer parte da vida na resolução dos problemas, bem como parte do processo de formação social e política. De acordo com Fiori: “Aprender, portanto, não é saber como foi o mundo ou como deverá sê-lo; essencialmente é o esforço para reinventá-lo numa *práxis* que supera as condições e situações históricas em que se vive” (FIORI, 1991, p.86).

Para que esses objetivos fossem atingidos, foi preciso que se criasse o Setor de Formação do MST. Morissawa (2001) destaca que o Setor Nacional de Educação do MST surgiu no 1º Encontro Nacional do movimento, em São Mateus, em 1987, no Espírito Santo, em que educadores

de vários estados fizeram discussões dos objetivos e da identidade das escolas de assentamentos, além do processo de formação dos professores dessas escolas.

A partir das reflexões deste trabalho, torna-se importante buscar elementos para analisar a Educação Popular em Assentamento do movimento dos Sem-Terra dentro da própria realidade. A região do planalto catarinense possui vários Assentamentos que trazem, na sua essência, marcas de uma luta que tem suas raízes nos primeiros movimentos na década de 80 do século XX. A escolha do Assentamento 1º de Maio, em Curitibanos-SC, deve-se às peculiaridades deste, bem como à caminhada enfrentada pelos assentados.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE A PARTIR DAS LIDERANÇAS DO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO

Para contextualizar, do ponto de vista sócio-histórico, o Assentamento 1º de Maio no Município de Curitibanos, buscam-se, como fundamento, as entrevistas feitas pelo pesquisador com as lideranças do Movimento dos Sem-Terra do referido Assentamento e aquela realizada com a professora da Escola de Campo da Fazenda Bela Vista em 21 de outubro de 2008. Inicialmente foi perguntado à professora sobre a Escola de Campo da Fazenda Boa Vista e sobre a qual sistema de ensino pertence a referida instituição. Ela assim respondeu: *“Esta escola pertence ao Movimento dos Sem-Terra... É uma escola municipal”*.

Esta afirmação da professora demonstra certa consciência política da entrevistada, uma vez que o bem público é da comunidade. Esta resposta revela, nas entrelinhas, a valorização do patrimônio público como pertencente à comunidade, dentro de uma visão social e política crítica que, de acordo com Freire, caracteriza-se como “[...] a prática da ‘re-leitura’ crítica de sua realidade” (FREIRE, 1978, p.75).

Na sequência, a professora foi entrevistada sobre o início do assentamento. Foi-lhe solicitado que relatasse de forma historicizada o Assentamento 1º de Maio. A professora da Escola de Campo Bela Vista explicou: *“Nós estamos na luta desde 1985, ano em que se inicia o MST. Nós entramos no movimento a partir do momento em que começamos a estudar a nossa realidade, onde trabalhávamos como boia-fria”*

A partir do momento em que a entrevistada se classificou como boia-fria, o pesquisador perguntou se eles trabalhavam como boia-fria e obteve a seguinte resposta:

A gente trabalhava de arrendatário e como diarista, boia-fria. Quando íamos para o trabalho, levávamos uma marmitinha, e lá na roça, no lugar do trabalho, comíamos a comida fria. Chegou um determinado momento, a partir dos sindicatos e dos conselhos que

participávamos, que deveríamos mudar esta realidade. Então a gente começou a discutir dentro de nossa comunidade que tínhamos que partir para uma outra luta. Não era mais viável aquele tipo e aquelas condições de trabalho. Percebemos que estávamos trabalhando para os proprietários. Diante da realidade em que nos encontrávamos, resolvemos partir para um outro tipo de luta. Então a gente começou a se organizar em Comunidades de Base.

A entrevistada faz uma leitura interessante a respeito do contexto em que surgiu o movimento. Naquele período, o País vivenciava a abertura política, final de um governo em que os militares, com mãos de ferro, sufocaram qualquer tentativa de movimento que ameaçasse abalar o regime. Outro ponto que deve ser salientado neste momento é que a Teologia da Libertação ganhava força na América Latina, sendo marcante a presença da ala avançada da Igreja Católica e de outras confissões religiosas, em especial os Luteranos. Os bispos da América Latina em *Puebla*, no México, deram uma roupagem nova à Igreja. Através de um documento, a Igreja Católica selou a sua opção preferencial pelos pobres. No Brasil, começava a florescer uma Igreja comprometida com os pobres, sustentada pelas reflexões e pelo trabalho educativo das Comunidades Eclesiais de Base. “Entretanto, o ascenso das lutas populares, na década de 1980, foi compreendido pelos setores dominantes como uma ameaça à governabilidade” (LEHER, 2007, p.19)

Observando-se o posicionamento de vários componentes do assentamento, até mesmo em conversas informais, pode-se concluir que a vida de um Sem-Terra carrega profundas cicatrizes de sofrimento. Diante desse contexto, a entrevistada foi interrogada a respeito de quais os assentamentos por que haviam passado antes de se dirigirem ao Assentamento 1º de Maio. Ela assim explicou:

Nosso primeiro Assentamento como já foi falado, foi na Fazenda em Abelardo Luz; ali houve protestos por parte da proprietária, que não concordava que sua fazenda fosse desapropriada. Então, judicialmente, ela recorreu para que fôssemos despejados. Após o despejo, o Prefeito de Abelardo Luz conseguiu um local, uma área provisória onde ficamos por mais dois meses. Após este período, fomos para Faxinal dos Guedes, onde ficamos por mais de um ano e meio, sem ter nenhuma decisão de que rumo tomaríamos. Depois destes assentamentos, fomos para vários outros, como: Dionísio Cerqueira, Irani, Matos Costa... daí fomos para Itaiópolis e São Miguel do Oeste. Então essas 1.500 famílias foram divididas nestes assentamentos. Nós ficamos em Calmon durante cinco anos. Daí fomos para Campos Novos e lá participamos de um assentamento cooperativa. Nesta cooperativa, moramos durante cinco anos, e tomamos a decisão de nos deslocarmos para Curitiba.

Esta resposta mostra, de maneira bem clara, que a luta pela terra envolve vidas que buscam um futuro melhor. Porém, a trajetória do acesso à terra é uma luta que envolve muito desgaste. Existe muito enfrentamento para chegar à posse da terra. Nesse sentido, Pauly (2002, p. 65) esclarece: “O diálogo pedagógico libertador entre as massas oprimidas e a liderança é tenso, porque

é transformador tanto para as massas quanto para a liderança [...] A unidade só tem sentido lógico na oposição dialética à diversidade”. A respeito da História do MST, a liderança 1, na entrevista, faz o seguinte comentário:

O MST passou a existir após a ditadura militar, com a reabertura democrática, entre outras, que veio possibilitar a organização dos movimentos sociais. Mas a origem encontra-se em outros movimentos e em outras pessoas que nos antecederam. Na luta pela terra no Brasil é uma história marcada por muito sangue e muita miséria. Ela surgiu em 1985, na abertura política após os anos da ditadura militar. Uma das bandeiras que se encontrava travada era a bandeira da Reforma Agrária. Em Santa Catarina, em 1985, numa única noite nós montamos 20 assentamentos. Na época, enfrentávamos a discriminação muito forte, uma vez que ainda vivenciávamos os resquícios da ditadura militar. E, quanto ao movimento, sua nomenclatura surgiu através do governo, da própria mídia e da sociedade que deram o nome de Movimento dos Sem-Terra. O Assentamento 1º de Maio é resultado da retomada da luta pela terra. Semelhante ao Assentamento 1º de Maio, temos o índio Galdino, Anita Garibaldi... o processo do Assentamento 1º de Maio é um marco no avanço da conscientização das pessoas, que era preciso lutar pela terra. É o retrato de que o governo por si só não faz nada. Todo espaço vazio precisa ser ocupado...

A liderança 1 entrevistada deixa bem claro que o movimento de luta pela terra tem sua retomada no período pós-ditadura militar. Outro aspecto evidenciado na consciência histórica da luta pela terra é que esta não acontece em um determinado momento: ela surge a partir de outros movimentos que a antecederam. Dussel (2000, p.427) faz a seguinte reflexão: “A responsabilidade de subverter as estruturas que dominam a vítima, que a ocultam até para a comunicação (por ser desconhecida), para a argumentação (por não poder participar) é o originário originante”. Então, a luta pela terra surge no momento em que é dada a abertura política, como uma bandeira, dentre as demandas sociais reprimidas. Esta questão estava pendente, era uma dívida social que necessitava ser retomada. Nesse sentido, Ianni (1985, p. 29) faz a seguinte observação: “A utopia dos camponeses é a aldeia livre, que não se vê afetada pelos coletores de impostos, o recrutamento dos trabalhadores, os grandes proprietários ou os grandes funcionários”. Um dos fatos concretos que revelam o poder de articulação e de mobilização dos Sem-Terra é assinalado na reação do movimento ao entrar em terras e, no estado de Santa Catarina e numa só noite, concretizar 20 acampamentos de Sem-Terra.

Prosseguindo a entrevista com as lideranças a respeito da contextualização histórica, obteve-se a seguinte explicação da liderança 2: “O 1º de Maio é uma história diferente dos outros assentamentos. Nesta região concentrava-se o poder do latifúndio. Em termos de movimento, havia uma grande dificuldade no sentido de se conseguir terra para a Reforma Agrária”.

A entrevistada 2 continua analisando a forma de obtenção da terra para o assentamento 1º de Maio e destaca que foi resultado de uma venda de terreno do antigo proprietário com o apoio das lideranças municipais em 1998. Sobre a forma de ocupação e o perfil dos assentados, a liderança 2

comentou:

Algumas das famílias que estão assentadas foram escolhidas em outro assentamento. Foi lhes falado pelo INCRA da existência de uma terra às margens de um rio e feito inclusive uma descrição climática. Metade do terreno foi destinado ao Movimento dos Sem-Terra e a outra metade ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A maior parte das pessoas que aqui estão são oriundas da região. Outros moradores vieram do Oeste de Santa Catarina da região de Chapecó, Xanxerê, Quilombo... e da cooperativa de coletiva de assentados em Campos Novos vieram 7 famílias. Então o perfil dos moradores deste assentamento são de pessoas que eram agricultores, deixaram a agricultura e novamente voltaram a ser agricultores rurais. O nosso perfil é de camponês, ou seja, que nasceu e cresceu na terra. Aqui temos gente fazendo capacitação na área de produção rural. Temos inseminador formado, pessoas com a capacitação em gado leiteiro. Temos gente fazendo o técnico agrícola, tecnólogo em agroecologia, administração rural. Enfim, o Assentamento 1º de Maio é composto por pessoas oriundas da agricultura, tem a raiz camponesa.

A análise que a entrevistada 2 faz a respeito do assentamento traz alguns elementos novos, como a dificuldade do movimento em obter terras na região serrana para assentamentos. Observa-se que essa região é uma das mais pobres, senão a mais pobre do estado de Santa Catarina. A situação socioeconômica do planalto se estruturou no latifúndio e na concentração das terras nas mãos de poucas pessoas. A respondente destaca a ocupação pacífica no Assentamento 1º de Maio, o que nem sempre acontece em ocupações de terra, ou seja, grande parte da violência no campo vem das ocupações de terra por parte do Movimento dos Sem-Terra. Outro aspecto de grande importância foi o perfil traçado dos componentes do Assentamento 1º de Maio em Curitiba: foram caracterizados como notadamente camponeses, isto é, pessoas que tiveram suas raízes ligadas à terra. De acordo com Henri Mendras (1978), o que determina o campesinato são as condições históricas de cada sociedade camponesa. Esta situação não é comum nos outros acampamentos do movimento dos Sem-Terra, pois nem sempre seus componentes são agricultores e alguns são oriundos, inclusive, da realidade urbana.

O entrevistador faz uma pergunta no sentido de fechar a contextualização histórica: “*Afinal de contas, quem vocês são realmente?*”. A liderança 1 dá a seguinte resposta:

Nós somos a 8ª geração dos que vieram da Itália, que sonhavam por terra. Nossos antepassados saíram da Itália e, aqui chegando, não encontraram o que lhes havia sido prometido. A história não mostra verdadeira realidade dos imigrantes, mostra somente o lado dos vencedores. As piores terras foram dadas para os imigrantes. Como vocês sabem, somos filhos do descaso, do desprezo, da discriminação, da miséria. Somos filhos dos Sem-Terra. E, do ponto de vista ideológico, somos frutos da Teologia da Libertação, de D. José Gomes, que Deus o tenha.

As entrevistas mostram a importância de D. José Gomes, enquanto Bispo da ala progressista da Igreja Católica Apostólica Romana. D. José Gomes é um referencial brasileiro da Teologia da Libertação, da Pastoral da Terra e da defesa dos índios. Mesmo após sua morte, seus

ideais permanecem vivos e a luta continua. Aproveitando essa ligação com a Igreja Católica, a Teologia da Libertação procurou questionar as lideranças no discurso e no papel da Igreja junto aos movimentos sociais. Sabe-se que o discurso da Igreja, além de todo caráter de evangelização, tem um papel educativo em termos de Educação Popular.

Perguntado à professora sobre os projetos de educação popular no Assentamento 1º de Maio, ela respondeu:

Em termos de Educação Popular a nossa preocupação, além o currículo oficial, é de a gente manter em nossa escola orientação das crianças a respeito da luta pela terra, que elas entendam que esta luta vem desde 1985 e que, junto com os pais, elas não desistam. Que elas saibam valorizar esta conquista, não é porque eu moro no sítio é que eu me sentirei constrangido e para que as crianças permaneçam no assentamento. Que esta criança ou este jovem que vá estudar retorne para a sua terra. A educação da gente é uma educação mais voltada para a nossa realidade, ou seja, uma educação no campo. Muitas crianças que hoje estão dentro de assentamento não têm escolas. Então, elas têm que ir à cidade. Muitas vezes, na cidade, entram em conflito com os colegas e com os próprios professores. As primeiras crianças que foram estudar aqui em Curitiba encontraram resistência. Eles, no início, excluíam. Aqui em Curitiba houve professores que disseram que nossas crianças valiam menos que o papel que se encontra dentro do lixeiro. Então a gente dá uma educação para as crianças que não sintam vergonha de dizer à sociedade que moram dentro de um assentamento e que são cidadãos de bem... que aqui estão porque querem trabalhar e ter uma vida digna, para não estar roubando ou assaltando. Que o que eles querem é um pedacinho de chão negado aos antepassados. Que Deus deixou a terra para todos e não somente para alguns capitalistas. É este o conteúdo que a gente procura repassar.

Torna-se interessante evidenciar que, na Escola de Campo da Fazenda Boa Vista, existe uma preocupação por uma educação diferenciada da oficial. Essa preocupação parte da concepção que os Sem-Terra trazem do Projeto de educação do próprio movimento. O que a Escola de campo propõe vai além do que a escola oficial tem em sua proposta curricular. As escolas oficiais trabalham dentro de uma concepção orientada por uma proposta curricular chamada “bússola”. Porém, a Escola de Campo da Fazenda Boa Vista procura seguir as orientações oficiais e colocar, no dia a dia, conteúdo de interesse do assentamento.

Com relação ao processo de educação popular dentro do movimento dos Sem-Terra e, em particular, no Assentamento 1º de Maio em Curitiba, a liderança 2 analisa da seguinte forma:

A questão de educação popular tem uma ligação bastante íntima com a Igreja. O discurso da Igreja tem uma profunda ligação com uma educação cristã popular. Iniciei este tipo de trabalho e a valorização da mesma quando saí da Universidade. Quando me formei no ensino superior, fui contratada para trabalhar no Assentamento em Abelardo Luz. Foi neste movimento que entrei em contato com a educação, quando fui mandada para São Paulo no Instituto Cajamar fazer um curso de educação popular. Neste curso participaram grandes expoentes do ponto de vista intelectual do movimento dos Sem-Terra. Aquele curso mostrou aspectos interessantes do papel da Igreja Católica no processo de educação através do CPT – Comissão de Pastoral da Terra e das CEBs- Comunidades Eclesiais de Base, com uma atuação muito forte na região Norte e na região Centro-Oeste do Brasil. O trabalho da Igreja era um trabalho de uma Instituição voltada para o seu povo organizado

em grupos. A metodologia de trabalho acontecia através de uma visão da realidade, julgamento desta realidade através da reflexão e a ação voltada para a transformação desta realidade. Todo este trabalho gera uma demanda de luta.

O que se observa, por essa entrevista, é o destaque que a liderança deu à Educação Popular. Dentro desse contexto, foi realçada a importância da Igreja Católica na década de 80, com a Teologia da Libertação, através de Comissão de Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base. A entrevistada 2 prossegue discorrendo:

Então a Educação Popular para mim abriu uma porta. Comecei ler o material teórico fundamentado em Paulo Freire. A forma de você pegar a questão consiste em aprender, aprender e tornar o aprendido. As pessoas, enquanto sujeito de determinada situação, têm que aprender o conhecimento e tornar o aprendido em tecnologia. Quanto à alfabetização, ela tem como ponto de partida a realidade. A partir do momento em que as pessoas se apropriam do conhecimento, elas partem para lutar por projetos. Ex. Eu quero terra, porém com a consciência que tenho não vou agir em relação à questão dentro de uma lógica que o sistema capitalista faz em função do lucro. Acrescentando-se a questão de depredação ambiental, além de todo o processo de exploração e exclusão do mundo capitalista. Para mim a educação popular, quando bate na cabeça das pessoas, faz com que elas vivam de acordo com o que elas querem ser.

A entrevista da liderança 2 faz refletir sobre a importância da Educação Popular na vida do indivíduo e na vida da comunidade. Enfatiza que essa educação politiza os indivíduos de uma comunidade, proporciona a reflexão, ao mesmo tempo que encoraja a luta por transformações sociais. A liderança 2 prossegue analisando:

Em 1985 os acampados eram os marginalizados da terra, hoje os acampados, além deste segmento, vêm dos marginalizados de favela. É o cara que já teve o contato com o mundo das drogas ou já se drogou, o cara que perdeu o vínculo com a terra... A família que perdeu a terra. O cara que não consegue pegar no machado e na foice... Que não sabe atar um terneiro... Aí vejo a importância da educação popular. O ser humano, quando passa a viver em sociedade, precisa de obedecer determinadas regras. Por que, dentro do convívio social tem que existir algumas regras. Para refletir a respeito de direitos de deveres, tem que ser proporcionado um debate. O grupo deve estabelecer ações. Caso contrário, este coletivo não vai dar certo. Então eu vejo que uma das questões complexas em educação popular é colocar as pessoas juntas e buscar uma convivência comum. Neste sentido, vejo a educação popular como uma riqueza, vindo ao encontro do que o movimento busca. Temos uma escola com uma proposta diferente, ou seja, educar a criança dentro desta realidade.

O que se observa em termos educacionais é que uma proposta deve estar fundamentada teoricamente e, para avançar, é necessário que se faça uma busca além de uma formação continuada, com suportes teóricos. Essa prática encontra-se inserida na vida e no cotidiano do movimento dos Sem-Terra nos assentamentos, o que não acontece com a mesma medida e com a mesma intensidade dentro de uma educação formal. O pesquisador, com objetivo de analisar os fundamentos teóricos que subsidiam a educação popular no Assentamento 1º de Maio, perguntou à

professora sobre a base teórica que fundamenta o seu trabalho. A professora deu a seguinte resposta: *“Inicialmente o grande referencial é Paulo Freire. Além de Paulo Freire, Olga Benário, Che Guevara, Chico Mendes, Zumbi dos Palmares, Margarida Maria Alves, Pe. Jósimo, José Martí, entre outros”*.

Aos demais entrevistados, foi solicitado o referencial teórico da educação no assentamento. A liderança 2 emitiu o seguinte parecer:

No Assentamento 1º de Maio a questão da alfabetização fundamenta-se em Paulo Freire. A escola do movimento trabalha o processo de alfabetização a partir de palavras geradoras... A questão da construção de palavras a partir da realidade do aluno se fundamenta nos princípios pedagógicos de Paulo Freire. A professora resgata com os alunos a questão dos acampamentos e assentamentos. Na escola formal eles estão mais avançados do que nós... Estudam a educação ambiental... Questão do lixo... Projeto horta. No MST existe o PRONERA, que é um programa de alfabetização de jovens e adultos que seguem a concepção de Paulo Freire. Além de Paulo Freire, que não somente se restringe à área educacional, temos outros teóricos, como Che Guevara, José Martí, Fidel Castro, Karl Marx... Engels. Base do Movimento dos Sem-Terra é o marxismo – materialismo dialético.

Uma das abordagens que possuem um teor bastante profundo foi referente à definição de quem é o Sem-Terra. A liderança 1 faz a seguinte síntese do conceito de Sem-Terra: *“É o resto da sociedade que não serve para o capitalismo porque a essência do capitalismo é a produção de mercadoria...; então o Sem-Terra é qualquer coisa. A Igreja não tem interesse. O Sem-Terra a Igreja batiza para não ser pagão”*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode falar em Educação Popular na América Latina, sem fazer uma relação com os movimentos sociais. A América Latina é fortemente marcada por movimentos, esquecidos, na maioria das vezes, pela história oficial. A Educação Popular é uma maneira de o povo construir e reconstruir a sua identidade. Através de projetos de educação popular acontece a inserção dos excluídos no seio da sociedade. É importante destacar que os processos formais de educação – o sistema escolar brasileiro – não respondem aos reais anseios da população. As políticas educacionais surgidas de cima para baixo são reflexos da dominação. Fato concreto está na existência de dois tipos de escola: uma para os que vão comandar e outra para os que serão comandados.

Em relação às práticas pedagógicas opressoras, Freire (1976, p.106) as classifica como “[...] ‘ação anestesiadora’, ou ‘ação aspirina’ são expressões do idealismo subjetivista, no sentido de só levar à preservação do *status quo*”. Sobre este nefasto processo, o autor adverte: “uns

‘atravessam’ a ideologia das classes dominantes e por elas são ‘atravessados’, os mais espertos assumem esta ideologia. São bastante conscientes do que fazem”.

Numa sociedade classista, os detentores do poder econômico e político são os que definem a educação e, por consequência, sua política, seus objetivos. As políticas educacionais são traçadas de cima para baixo, sofrendo, muitas vezes, as ingerências políticas dos organismos internacionais. Pauly (2002, p.41) assim afirma: “Nega-se o mestre pela reprodução do ensino e pelo dogmatismo, pela redução de sua ética a moralismo, pela mitificação de sua história de vida numa vida modelar. A superação do mestre é exigência de fidelidade do discípulo”.

Uma Educação Popular calcada nos pressupostos de uma pedagogia libertadora é palavra viva, um diálogo existencial. Fiori citado por Freire, esclarece:

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra, em que multidões imensas nem sequer têm condições de trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam e dominam. Nessa situação os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a pedagogia do oprimido. (FIORI *apud* FREIRE, 1987, p.21)

A Educação Popular resgata um humanismo negado pelo sistema econômico capitalista selvagem. Num projeto de educação popular, o ser humano se humaniza, tornando-se sujeito da própria história e responsável pelas transformações sociais. É um processo que devolve aos excluídos a possibilidade de vivenciar a cidadania em toda a sua dimensão, ou seja, constrói um sujeito ativo, consciente dos seus direitos e deveres. E, para trabalhar na perspectiva de promoção humana, é necessário que, além dos conhecimentos específicos inerentes a sua formação, esse profissional tenha uma visão de movimentos sociais e de educação popular.

Analisando o Assentamento 1º de Maio, observa-se que historicamente a origem do movimento se encontra nas lutas de 1985. A concretização desse Assentamento foi marcada por lutas; entretanto, destaca-se que o processo final aconteceu de forma pacífica. Do ponto de vista histórico, este trabalho procurou sistematizar aspectos desde a origem do movimento até o assentamento, servindo de base para futuros estudos da questão e para trabalhos voltados a um aprofundamento sobre o projeto educativo do referido assentamento.

No que se refere à Educação Popular no Assentamento, conclui-se que ela se faz presente na educação formal e nos círculos de família que buscam conhecimentos em torno de problemas atuais. Suas bases de sustentação estão no materialismo dialético, tendo como teóricos: Paulo Freire, Marx, José Martí, Florestan Fernandes, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- CASTELS, R. *et al.* **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**. Tradução Ephrain Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M.E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.
- EDUCAÇÃO** popular na América Latina. Brasília: UNESCO; MEC; CEAAL, 2005.
- FIORI, Ernani Maria. **Educação e política**. Porto Alegre: LPM, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octávio. Movimentos camponeses. In: SANTOS, José Tadeu dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985. p.15-37.
- LEHER, Roberto. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Educação e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Alínea, 2007. p. 19-32.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos Alberto. Gramsci e a educação popular na América Latina. **Currículo sem Fronteiras**. v. 4, n.2, jul./dez. 2004.
- PAULY, Evaldo Luís. **Ética, educação e cidadania**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

Como citar este relato:

ROSA, Geraldo Antonio da. Reflexões sobre educação popular: inclusão, vez e voz dos segmentos populares. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p.127-144, jan./abr. 2013. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2900>>. Acesso em: 19 abr. 2013.